

Documento Síntese do III CBTecLE Congresso Brasileiro de Línguas Estrangeiras na Formação Técnica e Tecnológica (setembro 2016)

O **I CBTecLE** - Congresso Brasileiro de Línguas Estrangeiras na Formação Tecnológica - realizou-se na Fatec Indaiatuba em 2008, numa iniciativa de criar um espaço de discussão sobre o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras na formação tecnológica, com a preocupação de promover a interação entre as diferentes instituições de ensino superior tecnológico e o setor produtivo. Esse evento congregou pesquisadores e professores, estudantes e representantes do setor produtivo, para juntos analisarem suas demandas reais, visando ações concretas por parte das instituições formadoras, tendo em vista que o conhecimento de línguas estrangeiras é indispensável para várias dimensões da vida social e profissional.

O **II CBTecLE** aconteceu na Fatec Americana em 2009, dando continuidade às ações da primeira edição do evento, além de produzir novas reflexões. Dentre as questões abordadas naquele momento, destacamos a mudança do nome do congresso para *Congresso Brasileiro de Línguas na Formação Tecnológica*, com a inclusão da Língua Portuguesa em suas discussões. Procurou-se destacar, também, a dimensão nacional do evento, o que possibilitaria que ele fosse sediado por qualquer instituição pública de ensino superior tecnológico, em qualquer estado do Brasil.

A organização do **III CBTecLE** optou, em virtude do movimento de mundialização da educação e do desconhecimento ainda vigente sobre a educação profissional no Brasil, tanto no setor produtivo quanto em alguns setores da área educacional, por ampliar a abrangência do evento, incluindo em seu escopo a esfera do ensino médio técnico, além do ensino superior tecnológico, uma vez que permanece a necessidade de aproximarmos os dois níveis educacionais, por meio de um trabalho contínuo e integrado, sempre aberto à mobilidade e à internacionalização. Essas ações são justificadas não apenas pelo momento histórico em que vivemos, no qual, segundo pesquisa encomendada pelo *British Council* em 2014, algumas empresas encaram a oferta de capacitação e formação como “gastos”, não como “investimentos” e preferem, portanto, contratar trabalhadores que já tenham domínio de idiomas. Neste contexto, tornam-se imprescindíveis ações de ensino e aprendizagem de idiomas nesses dois níveis educacionais, que garantam aos egressos maior oportunidade de inclusão no mundo do trabalho. Por outro lado, evidencia-se um crescimento do número de estudantes estrangeiros em universidades brasileiras (SOLLAI, 2011) e de refugiados acolhidos pelo país (ARANTES; DEUSDARÁ, 2015), situações em que o domínio de idiomas estrangeiros e do português como língua estrangeira pode assegurar a necessária e almejada convivência multicultural. Sendo assim, não só o nível técnico ganhou oportunidade de reflexão e discussão neste evento, mas também a língua portuguesa, em sua dimensão de língua estrangeira, no trabalho de recepção aos estudantes, imigrantes e refugiados estrangeiros, de presença crescente em nossa sociedade e em nossas instituições.

Este é um momento de retomada de ações em busca de ampliação e aprofundamento das discussões e reflexões no âmbito da educação profissional. Dentre os principais temas abordados nesta edição, temos o papel das línguas na educação profissional, o papel dos professores de línguas nos processos de internacionalização, o uso de tecnologias e materiais didáticos diferenciados no ensino de línguas, o ensino de línguas para fins específicos e a relação entre o conhecimento de línguas e o mundo do trabalho, entre outros.

Durante o **III CBTEcLE**, realizado no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, em São Paulo, nos dias 20 e 21 de setembro de 2016, os participantes, cerca de 300 professores de Fatecs e Etecs, docentes dos Institutos Federais, docentes da rede pública estadual e pesquisadores da área de línguas, à luz das discussões e reflexões resultantes do nosso encontro, julgaram oportuno e necessário compartilhar e tornar públicas as **principais considerações** formuladas por este grupo, ao final do congresso.

Parece-nos indiscutível que:

1. ao falar em *globalização*, os pesquisadores da educação ressaltam a necessidade de formação para a inclusão, formação para a convivência entre diferentes culturas, como mecanismo de enfrentamento à desigualdade, à intolerância, ao preconceito e à cegueira do fundamentalismo e monoculturalismo;
2. as relações internacionais se estabelecem por meio da comunicação em diversos idiomas. Por isso, o conhecimento de línguas estrangeiras é fundamental;
3. o aprendizado de idiomas na educação profissional, além de se pautar nas necessidades da língua em uso, deve levar em conta o aprendizado da cultura e dos valores de diferentes povos e sociedades, ampliando a visão de mundo do estudante;
4. a educação profissional - técnica e tecnológica - em sua importante função social de formar cidadãos trabalhadores que atuem na construção de estratégias sustentáveis para o desenvolvimento socioeconômico local, nacional e regional, tem a responsabilidade de promover um aprendizado que permita a inclusão de seus educandos no mundo (globalizado) do trabalho em que deverão atuar com *ética, respeito à diversidade e visão multicultural*;
5. da perspectiva dessa importante função social da educação profissional, a inclusão de disciplinas de língua materna e línguas estrangeiras no currículo dos cursos técnicos e tecnológicos, de forma a garantir aos egressos possibilidades de comunicação efetiva, constitui-se como bastião da formação para a inclusão e para a convivência multicultural;
6. o domínio do idioma materno e de idiomas estrangeiros constitui-se em competências que podem garantir ao cidadão trabalhador ser também cidadão da Sociedade do Conhecimento - resultante das avançadas tecnologias de informação e comunicação que possibilitam o compartilhamento de conhecimento produzido em todo e qualquer lugar;
7. a formação de professores de línguas deve considerar a urgência em se formar profissionais que tenham consciência de seu papel no processo educativo, que reflitam não somente sobre a *díade* de como se ensina e como se aprende, mas também para *quê* se ensina e a quem se ensina, estando preparados para lidar com as peculiaridades do mundo globalizado;
8. os cursos de formação inicial e continuada de professores devem ser um espaço para a discussão do conhecimento já produzido, oportunizando discussões permanentes atinentes ao ensino e à aprendizagem de línguas para fins específicos;

9. a constituição de uma política de ensino de línguas seja consistente, já que para definir o papel dos professores que desejamos, faz-se necessário, antes de tudo, saber o que se espera deles;
10. o movimento de valorização das línguas estrangeiras na educação profissional deve ser constante, uma vez que elas têm caráter formativo e educativo muito forte, sendo capazes de propiciar transformações nos estudantes, que seguramente contribuirão não somente para a qualidade de sua formação profissional, mas principalmente para o exercício da cidadania, incluindo o estudante em outras comunidades linguísticas (ERES FERNÁNDEZ, 2013).
11. diante de todas essas considerações, qualquer proposta que antagonize a oferta de disciplinas de idiomas materno e estrangeiros nos currículos da educação profissional, de forma a garantir seu domínio, viria apenas reforçar uma política de exclusão dos estudantes das oportunidades de mobilidade que o mundo (globalizado) do trabalho disponibiliza, simbolizando uma recusa à responsabilidade de formar cidadãos trabalhadores preparados para a convivência entre sujeitos diferentes e para o respeito ao mundo multicultural que configura a contemporaneidade.

Diante do exposto acima, propomos que:

1. as autoridades educacionais e governamentais reconheçam a importância do ensino de línguas, incluindo-as no cerne da educação, por meio de sua inclusão no currículo regular dos cursos, como forma de capacitar os cidadãos para o mundo;
2. sejam oferecidos, nos cursos médios técnicos e superiores tecnológicos das instituições públicas brasileiras, pelo menos duas línguas estrangeiras obrigatórias em suas matrizes curriculares, além de outras línguas optativas, sempre vislumbrando-se o caminho do plurilinguismo;
3. todos os estudantes dos ensinos médio técnico e superior tecnológico tenham acesso ao estudo de línguas estrangeiras com carga horária suficiente para alcançar nível linguístico adequado, recebendo auxílio de profissionais bem formados e abordagens apropriadas para o desenvolvimento de competência linguística necessária ao acesso a informações de vários tipos e à sua futura atuação profissional;
4. sejam criados planos e projetos para a formação contínua dos professores de línguas que atuam na educação profissional, de forma a alinhar sua atuação com as necessidades de formação do estudante;
5. seja consolidada uma política sólida de internacionalização das instituições públicas de educação profissional, criando condições para que nossos educandos estudem e façam estágios em empresas no exterior, mas que também nos possibilite o acolhimento de estudantes oriundos das mais diversas partes do mundo;
6. os docentes do ensino médio técnico e do superior tecnológico tenham oportunidades de participação em cursos de extensão e/ou de pós-graduação na área de ensino de línguas (para fins específicos);
7. sejam desenhados projetos para o aperfeiçoamento dos professores de línguas, no país e no exterior, sob forma de intercâmbio, estimulando-se a troca de conhecimento e o compartilhamento de pesquisas;

- sejam constituídas e fortalecidas ações para parcerias e projetos com o setor produtivo, para que haja intercâmbio de informações e oportunidades, aumentando o entrosamento entre estes e as instituições de ensino, tornando o profissional técnico e tecnólogo amplamente conhecido e valorizado.

MOÇÃO

Nós, docentes e pesquisadores da área de língua portuguesa e línguas estrangeiras, acreditamos que, com a tomada das ações mencionadas no presente documento, podemos vislumbrar um futuro, mesmo que em longo prazo, em que a educação profissional ofereça aos seus egressos plenas condições de inclusão na cidadania global, ao desenvolver competências necessárias não só para a atuação no mundo do trabalho, mas também para atuar como cidadãos críticos e éticos que contribuam para a construção de um mundo sustentável, mais justo e solidário.

São Paulo, 21 de setembro de 2016.

(Comissão de redação: Profas. Cléo Tibiriçá, Magali Barçante, Maria Aparecida Gazotti Vallim, Maria Camila Bedin, Mariane Teixeira e Marta Iglesias Farrero)

Referências:

ARANTES, Poliana Coeli Costa; DEUSDARÁ, Bruno. Português para refugiados: aliando pragmática e discurso em resposta a uma demanda concreta. **Letrônica - Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.45-59, jan./jun. 2015.

BRITISH COUNCIL. Demandas de aprendizagem de Inglês no Brasil. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas_de_aprendizagempesquisacompleta.pdf> Acesso em: 17 set. 2016.

ERES FERNÁNDEZ, I.G.M. In: SILVA, K. A. de e ARAGÃO, R. C. **Conversas com formadores de professores de línguas: avanços e desafios**. Campinas: Pontes, 2013. pp.131-144.

SOLLAI, Sílvia Regina Ramos. **Identidade brasileira tipo exportação**. 2011.189 f. Dissertação (Mestrado em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie) - Programa de Pós-graduação em Letras, São Paulo, 2011.